



SPN
Informação

A SOLIDARIEDADE NÃO SE BLOQUEIA

O SPN apela aos docentes e investigadores para que se envolvam ativamente na campanha internacional “Firmo por Cuba”, subscrevendo e ajudando na sua divulgação junto das escolas e universidades. Com a campanha pretende-se recolher milhões de assinaturas em todo o mundo, exigindo o fim das agressões e de medidas de asfixia económica que continuam a atingir duramente Cuba.



CUBA IS NOT ALONE
CUBA NO ESTÁ SOLA
CUBA N'EST PAS SEULE
كوبا ليست وحدها

Num momento em que Cuba enfrenta um recrudescimento do bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos, e em que Donald Trump ameaça “apoderar-se” do país e “fazer o que quiser” com ele, multiplicam-se, em todo o mundo, as iniciativas de solidariedade com o povo cubano.

É neste contexto que surge a campanha internacional “Firmo por Cuba”, lançada após o recente Encontro Internacional de Solidariedade, realizado em Havana (2/mai), que reuniu dirigentes sindicais e ativistas de numerosos países. Numa resolução aprovada em abril, a Internacional da Educação (IE) – organização que representa mais de 33 milhões de educadores em todo o mundo – denuncia o agravamento da crise humanitária no país e reafirma a defesa da cooperação internacional, da paz e do respeito pela soberania dos povos. E insta as organizações membros para que se solidarizem com o povo cubano, promovam nos seus contextos nacionais o fim do bloqueio e apoiem uma resolução pacífica e diplomática desta crise. A presente campanha procura responder ao repto lançado pela IE e ao apelo do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Educação, da Ciência e do Desporto de Cuba (SNTECD).

Num tempo marcado por violações massivas, flagrantes e sistemáticas dos direitos humanos e por punições coletivas, proibidas pelo direito internacional, participar na campanha “Firmo por Cuba” é dar voz à solidariedade, à paz, à cooperação entre os povos e ao direito de cada nação escolher livremente o seu caminho. É defender o sistema educativo cubano, que prestou ajuda solidária a mais de 40 países e alfabetizou mais de 10 milhões de pessoas através do método educativo “Yo sí puedo”, e mantém uma taxa de escolarização de 98% e uma taxa de alfabetização próxima dos 100%. É dizer que o povo cubano não está sozinho, porque a solidariedade não se bloqueia!

MM

Ficha técnica

Diretor/Editor: Rogério Ribeiro (RR) **Diretores-adjuntos:** Francisco Gonçalves (FG) e José Manuel Costa (JMC)
Conselho de Redação: Manuela Mendonça (MM), Marta Cruz (MC), Paulo Campos (PC), Ricardo Cardoso (RC), Sónia Duarte (SD), Susana Nogueira (SN)
Colaboraram nesta edição: Cláudio Moreira (CM), Helder Maia (HM), Joana Ornelas (JO), Manuela Silva (MS), Marta Gisela Martins (MgM), Nuno Fadigas (NF)
Capa: José Sena Goulão/Lusa (pormenor) **Fotografia:** Henrique Borges (HB) **Paginação:** Miguel Ângelo
Impressão: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda **Propriedade:** Sindicato dos Professores do Norte (SPN)
Redação e Administração: Rua D. Manuel II, 51/C - 3.º - 4050-345 Porto
Tel.: 226 070 500 **E-mail:** spninfo@spn.pt **Site:** www.spn.pt **Tiragem média:** 1000 exemplares
Registo no ICS: 109963 **Depósito legal:** 238855/06

Distribuição gratuita aos sócios do SPN (digital ou impressa)

NÃO HÁ VIDA DIGNA SEM TRABALHO COM DIREITOS

Quase meio ano transcorrido e a questão central de 2026 – as alterações à legislação laboral, geral e setorial – está ao rubro. Tivemos, há dias, 16 de maio, milhares de educadores, professores e investigadores, um mar de gente, nos Restauradores, em Lisboa a exigir um Estatuto da Carreira Docente (ECD) valorizado e uma Escola Pública de qualidade. Fartos de propaganda e promessa vãs, os educadores e professores saíram à rua reivindicando soluções concretas e urgentes. Foi aprovado em Conselho de Ministros e seguiu para a Assembleia da República a proposta de Pacote Laboral que o governo não conseguiu aprovar na Concertação Social. A Greve Geral é a grande luta do momento. Do desenlace do Pacote Laboral está, também, dependente o resultado da negociação do ECD.

A negociação do ECD corre devagar, devagarinho. Em junho, afirma o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), é para negociar o decreto-lei que aprovará as alterações ao DL32-A/2023, de 8 de maio (regras para os concursos de seleção e recrutamento docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e de técnicos especializados para formação), cuja publicação será no mês de julho. Depois, será tempo de tratar as habilitações para a docência e, eventualmente, os grupos de recrutamento. Assim sendo, só em 2026/2027 é que se retomará a revisão do ECD, com os temas que se seguem: formação e desenvolvimento profissional; organização do tempo de trabalho; condições de trabalho; revisão da carreira docente e estatuto remuneratório; e modelo de avaliação de desempenho.

Dois anos volvidos desde a entrada em funções de Fernando Alexandre, é cada vez mais nítido o propósito de empatar tempo, por um lado, e, por outro, de estruturar o ECD numa perspetiva de o diluir na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas em vez de o distinguir em matérias onde a especificidade da profissão docente o obriga, desde o perfil do docente às habilitações para a docência, o recrutamento e a admissão até aos restantes temas inscritos no protocolo negocial e a outros não abrangidos, como é o caso do regime de aposentação e o regime disciplinar. A afirmação da profissão e da carreira docente é determinante para a recuperação da dignidade profissional e da sua atratividade, de modo a responder, com eficácia e qualidade, ao problema da falta de professores.

O foco desta edição da *SPN/Informação* vai, naturalmente, para os ecos da manifestação e para a Greve Geral (3/jun), com a publicação, nas páginas centrais, de um destacável que poderá ser utilizado nas reuniões ou afixado nos placares sindicais. Como todos os trabalhadores de Portugal, do setor público e do setor privado, a Greve Geral é a grande luta dos educadores, professores e investigadores, até porque não há vida digna sem trabalho com direitos. Os concursos também marcam forte presença na revista. Na secção “das escolas”, visitamos a Eça de Queirós (Póvoa de Varzim), onde se privilegia a educação pela arte e se aposta no teatro como espaço aglutinador. Para além das rubricas habituais do “direito aos direitos” e “na mira”, o leitor pode ficar a par do muito que o Sindicato tem desenvolvido na “ação sindical”, sem esquecer que está marcada uma greve às provas ModA. Do vasto leque de assuntos abordados, permitir-me-ão dois destaques que foram promessas eleitorais e que veem a sua concretização acontecer este ano – a revisão dos Estatutos do SPN e a realização do 8.º Congresso dos Professores do Norte. Quinze anos volvidos, o SPN volta a reunir em Congresso, já com data aprazada (20 e 21/nov), local definido (Póvoa de Varzim) e um lema que não pode ser mais atual – “Por uma educação democrática, uma profissão dignificada”. O cartaz também já pode ser apreciado, nesta edição.



Francisco Gonçalves
Coordenação do SPN



grande-angular

foto: HB

SOMOS PROFESSORES DAMOS ROSTO AO FUTURO



25 mil em Lisboa!

Perto de 25 mil educadores, professores e investigadores de todo o país e de todos os níveis de educação e ensino, dos setores público, privado, social e cooperativo desfilaram do Cais do Sodré até à Praça dos Restauradores, em Lisboa (16/mai). De acordo com a Resolução aprovada, exigiram valorização da profissão e da carreira docente e defenderam a Escola Pública, inclusiva, de qualidade e para todos. A manifestação realizou-se num contexto em que persistem graves problemas na profissão docente, como a desvalorização da carreira, a sobrecarga de trabalho, a precariedade, a falta de atratividade da profissão, dificuldades na aposentação e ausência, por parte do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), de respostas concretas. Com esta manifestação, os milhares de docentes afirmaram a necessidade de políticas que dignifiquem a profissão, uma revisão da carreira que a valorize e a torne mais atrativa, melhores condições de trabalho e um futuro de qualidade para a Escola Pública. E, naturalmente, conferiram à Federação uma maior legitimação política para as negociações com o MECI/governo.

RR



25 MIL EM LISBOA!





EDUCAÇÃO PELA ARTE NA EÇA DE QUEIRÓS

A ideia, surgida no início deste ano letivo, nasceu da vontade dos alunos, escola e professores apoiaram e o projeto começou a ganhar forma. O objetivo é transformar o teatro num elemento agregador de diferentes expressões artísticas, ao serviço da socialização, da participação e da aprendizagem. É o princípio da educação pela arte. Por enquanto, a aposta é na formação.



Tudo começou com um e-mail ao diretor, enviado por alunos da turma B, do 10.º ano. A proposta — clara e entusiasta — foi acatada e deu origem a um novo projeto integrado no PAA da ES Eça de Queirós (ESEQ). Mais do que uma iniciativa pontual, a ideia lançada pelos estudantes transformou-se num desafio à direção, ao corpo docente e à comunidade educativa. Os alunos defendiam a criação de um espaço criativo no horário escolar, onde o teatro pudesse funcionar como elemento agregador de diferentes expressões artísticas que lhe estão associadas, promovendo novas oportunidades de socialização, participação e aprendizagem. Assim, assente na “educação pela arte”, o projeto procura colocar os alunos no centro do processo educativo, incentivando a autonomia, a criatividade e o desenvolvimento de competências transversais. Pretende, ainda, criar oportunidades de investigação-ação, valorizando os interesses, as motivações e os desejos de conhecimento manifestados pelos estudantes.

Após a mobilização de vários docentes, foram reunidos os recursos pedagógicos e formativos necessários à concretização do projeto. Integram a equipa, as professoras Filomena Pacheco (coordenadora do projeto de Cidadania e Desenvolvimento), Ana Paula Mateus (coordenadora da Biblioteca Escolar) e Mónica Antunes (adjunta do diretor). Para o próximo ano letivo, e com o apoio da câmara municipal, a intenção é por alargar a iniciativa a toda a comunidade educativa. Por enquanto, a aposta é na formação. Assim, no dia 4 de fevereiro, realizou-se um *workshop* de formação dramática dirigido aos alunos envolvidos, orientado pelas atrizes Frederica Ferreira e Inês Carvalhido, de um grupo de teatro local. A iniciativa permitiu aos participantes contactar com técnicas de expressão dramática e reforçar competências de comunicação, criatividade e trabalho colaborativo. E em abril, no âmbito da parceria com a associação “Nós da Dança”, decorreu um novo *workshop* orientado pela atriz Mariana Domingues.

Num contexto marcado pelas profundas transformações do sistema educativo, esta iniciativa contraria a ideia de afastamento das novas gerações em relação às formas de expressão artística e à socialização presencial. Pelo contrário, evidencia o interesse dos jovens por experiências educativas participativas, criativas e culturalmente enriquecedoras. O projeto insere-se, assim, numa estratégia educativa mais ampla da ESEQ, orientada para uma maior vivência quotidiana da escola e para o fortalecimento da ligação entre a sala de aula, as aprendizagens essenciais, os espaços exteriores e a comunidade envolvente.

Pedro Babo

O TEATRO É UMA COISA MUITO PRAZEROSA!

Por enquanto, é um espaço sem nome, pensado para ser um clube de teatro que servirá de campo de interceção de várias áreas artísticas adjacentes, como a cenografia, a criação de cenários e figurinos, a iluminação e a sonoplastia, ou a multimédia. Com tal abrangência, será, certamente, um espaço sem margem.

Manuela Santos, Emmanuel Monteiro e Catarina Pereira

O Emmanuel imaginou um projeto “para que todos os alunos da escola pudessem participar e explorar o seu lado criativo”, até porque “a nossa escola é muito dedicada a explorar essa parte artística”. A Manuela, co-autora da ideia, imagina o clube como um lugar onde os alunos “podem criar e dar asas à imaginação”. O objetivo é centrar tudo nos alunos – “os cenários, os figurinos, quem faz o som, quem controla a luz, tudo!”. O teatro permite cruzar várias vertentes artísticas, porque “tem imagem, tem luz, tem figurinos, tem muito elementos que precisam ser trabalhados, não é só representação”.

Porquê teatro? Ora, porque “é muito desafiante”; porque “nós já fizemos várias peças, não juntos, mas em grupos separados”; e porque “temos um grande apreço pela arte”. Para já, para além dos dois mentores, há mais “seis amigos nossos que estão interessados em participar”. A Catarina é a mais recente aquisição do grupo. Frequentou o *workshop* de abril, que “foi bastante interessante (e), assim que soube, quis logo entrar para o clube”. Está entusiasmada, porque “no teatro, expomo-nos em diferentes contextos, fora da nossa zona de conforto, e confrontamo-nos com diferentes situações que nos podem vir a aparecer no futuro”. No teatro, “damos vida a outro alguém que não somos nós e eu acho que isso é super lindo”. A ideia é corroborada pela Manuela, pois, basta “vestir uma fantasia e viramos outra pessoa totalmente diferente”. No teatro, “podemos criar um mundo completamente novo, trazer entretenimento e ajudar as pessoas a sentirem-se mais felizes” – assevera o Emmanuel.

O foco principal é numa dramaturgia de comédia. Não excluem “pegar em peças clássicas” ou “em peças escolares”, mas o que realmente pretendem é “aproveitar as ideias de cada um e criar uma peça ou tornar as que já existem, em peças mais divertidas e mais interessantes”. A encenação será coletiva, claro! Para os ensaios, pensaram “no antigo ginásio feminino que tem espelhos”, ou no “ginásio antigo que até tem um palco pequeno”. Ambos têm bastante espaço e serão “o nosso espaço, onde a gente vai ser o que é e o que não é”. Para as apresentações mais elaboradas, existe o Teatro Almeida Garrett.

Daqui a um ano, a Manuela gostava de estar a dizer que “foi uma experiência muito boa, principalmente por causa das pessoas que trabalharam neste clube de teatro”. O Emmanuel gostaria de afirmar que “bom, foi muito difícil, mas foi muito recompensador. Temos de nos orgulhar do que fizemos. Realmente, o teatro é uma coisa muito prazerosa!”. Por seu turno, a Catarina prefere afiançar que “isto vai ter um bom rumo, porque eles são dedicados, sabem muito bem o que querem e têm um objetivo traçado”.

Tudo está a postos para o projeto avançar com toda a força, em setembro. Entusiasmo não falta, vontade também não e garantido está o apoio por parte dos professores e do diretor, também ele um amante da arte teatral.

RR

Fotografia: RR

GRADUAÇÃO PROFISSIONAL, PILAR DE JUSTIÇA!

O concurso realizado por graduação profissional continua a ser o método mais justo. A graduação contempla o tempo de serviço, a experiência acumulada, os anos entregues à escola pública. É justo que quem dedicou décadas ao sistema veja esse percurso reconhecido. Porque o tempo de serviço não é um número abstrato: são noites sem dormir, correções intermináveis, deslocamentos entre escolas, fins de semana ocupados, férias interrompidas e uma vida inteira organizada em função do calendário escolar. Aquilo que devia ser um processo administrativo é um período de enorme ansiedade e desgaste psicológico. [...] Vivemos com receio de errar num código, numa preferência, numa validação. Um pequeno lapso pode alterar profundamente a vida de uma família. E tudo isto acontece depois de termos dado o melhor de nós durante dez/onze meses consecutivos.

Ana Mafalda

Sócio n.º 42453, AE Ovar

Pela primeira vez, vou concorrer a nível nacional. Apesar de o governo ter tentado apaziguar os receios dos docentes quanto à carreira, a minha apreensão não desaparecerá sem um documento oficial. Desde a insistência numa reforma laboral que só reforma os já poucos direitos dos trabalhadores, à insistência em que as alterações ao ECD e ao modelo de recrutamento são apenas semânticas. Ou o MECI está com uma carga de trabalho muito reduzida ou está a desviar o olhar dos problemas reais. A falta de transparência prognostica as intenções: degradar a escola pública, a carreira docente e o direito incontornável de todas as crianças e jovens a uma educação de qualidade. A falta de recursos é evidente em qualquer escola e ameaça o nosso principal objetivo: educar para transformar.

Isabel do Carmo Marinho da Costa

Sócia n.º 49309, AE Alcaldes de Faria, Barcelos

O MECI tem demonstrado vontade de transformar a educação em Portugal. Currículos, instituições e o Estatuto da Carreira Docente. Vários são os alvos da mudança dos tempos. As necessidades estavam identificadas, falta avaliar o sentido da vontade. Todos os anos, os jovens professores veem-se no cenário de, em poucos dias, terem de decidir o seu futuro. Fazem o concurso à procura de equilibrar o trabalho com a vida. A ânsia prolonga-se por meses. O concurso corre a passo de lebre. Os resultados a passo de caracol. Abrindo-se alterações a este processo, esperar-se-ia que o seu sentido fosse o da melhoria das condições dos professores, mas, ao invés, o MECI presenteia-nos com mudanças de semântica obscuras — “concursos” por “procedimentos concursais”, “quadro de pessoal docente” por “mapa de pessoal”. Questiono-me, qual é o objetivo?

Francisco Cardoso

Sócio n.º 48962 – AE Mondim de Basto

Não podemos dissociar o regime de concursos da crise de falta de profissionais que o país atravessa. Que jovem escolherá ser educadora se o horizonte que lhe for apresentado for o da instabilidade perpétua, da estagnação salarial e do desrespeito pela sua vida familiar? Um regime de concursos que promova a fixação e a estabilidade é o primeiro passo para resgatar a atratividade da nossa profissão. A revisão dos concursos tem de ser um instrumento de valorização e não uma mera ferramenta de gestão economicista e de cortes cegos. Cabe-nos a nós, continuar na linha da frente desta exigência, acompanhando de perto as decisões de quem nos governa, não abdicando de nos fazermos ouvir. Porque defender um regime de concursos justo e transparente é, em última análise, defender o direito das nossas crianças a uma Educação Pública de excelência.

Maria Zoraida de Sousa

Sócia n.º 44185, AE Flávio Gonçalves, Póvoa de Varzim

As propostas do Ministério da Educação, Ciência e Inovação para os concursos estão a pôr em causa a construção da confiança e levantam preocupações relevantes no que diz respeito à transparência e ao respeito pela graduação profissional, pilares essenciais de justiça. Para o nosso bem-estar profissional, pessoal e familiar é fundamental a garantia de regras claras, previsíveis e justas que valorizem os docentes e que assegurem a confiança no sistema através da transparência sem causar instabilidade anual. Enquanto profissional, temo que, futuramente, possa haver mudanças apressadas que levantem impactos negativos e que venham fragilizar a estabilidade da carreira e levar ao conseqüente aumento da precariedade. Sem justiça e estabilidade, não haverá uma solução duradoura.

Ana Maria Oterelo Temporão

Sócia n.º 27443, AE Monção

Perante a instabilidade, a imprevisibilidade, a ansiedade e as incertezas, a pergunta que nos atormenta é — “este ano, no concurso, vão manter-se as regras do jogo ou vamos jogar um novo jogo?”. Como será o concurso docente de 2027/2028? Teremos um concurso anual, baseado na graduação profissional? Os docentes QA/QE vão integrar um mapa de pessoal? E o que vai acontecer aos docentes do QZP? São muitas as questões que se colocam. Na realidade, a carreira docente não é apetível, não é respeitada, não é valorizada. Os docentes merecem mais, valem mais e deve-lhes ser dado o RESPEITO que merecem. Sem educadores e professores, não é possível ter um país, somos a base da sociedade, da transmissão de conhecimentos, de valores e da cidadania. Somos essenciais para que os futuros cidadãos de Portugal sejam capazes de saber ser, saber fazer e saber estar. Merecemos mais.... muito mais!

Ana Monteiro

Sócia n.º 25961, AE Campo Aberto, Póvoa de Varzim



NÃO É APENAS UMA QUESTÃO DE SEMÂNTICA

O ministro da Educação parece ter descoberto que, para mudar profundamente a escola pública, já nem é preciso começar pelas leis — basta começar pelas palavras. E é precisamente aí que está o problema: na forma como se tenta suavizar, esconder ou tornar aceitáveis mudanças que têm consequências muito reais na vida dos professores.

De repente, a “colocação” passa a chamar-se “recrutamento”; “concursos” são “procedimentos concursais”; “nomeação definitiva”, transforma-se “contrato de trabalho por tempo indeterminado” e os “quadros de pessoal docente” passam a funcionar como “mapas de pessoal”. Os QZP mantêm-se, é certo, mas também aí a mudança vem escondida dentro da linguagem administrativa. Criam-se duas prioridades e quem quiser sair do QZP onde está vinculado passa para segunda prioridade. Traduzindo para português simples: podem concorrer, mas dificilmente mudam. Mantém-se a aparência de mobilidade, mas limita-se a possibilidade real de aproximação à residência.

E dirão: “não se preocupem, é apenas uma questão de semântica”. Mas não é apenas semântica, quando se altera o próprio sentido da estabilidade profissional. O que está a mudar não é só a terminologia — é a própria visão da escola pública e da profissão docente. O mais preocupante é que tudo isto vai sendo apresentado como “valorização” e “estabilidade”. Só que os professores percebem bem a diferença entre uma alteração de linguagem e uma alteração de direitos. E sabem que, muitas vezes, é precisamente através da linguagem que começam as maiores transformações.

Carlos Silva

Sócio n.º 24680, AE Amadeo de Souza Cardoso, Amarante

A ESTABILIDADE QUE EXIGIMOS E A DIGNIDADE QUE MERECEMOS

Como educadora de infância, vivo e partilho as angústias de uma classe para quem a palavra “concurso” carrega um peso que vai muito além do seu mero significado administrativo. É, há demasiado tempo, sinónimo de ansiedade, de decisões de vida adiadas, de milhares de quilómetros na estrada e de uma profunda injustiça profissional. A atual revisão do regime de concursos não pode ser encarada como um simples exercício de cosmética legislativa — tem de obedecer a princípios inegociáveis.

Em primeiro lugar, a graduação profissional tem de ser reafirmada e blindada como o critério único, objetivo e justo para a ordenação e colocação. Rejeitamos liminarmente qualquer deriva que abra a porta a lógicas de contratação local baseadas em perfis subjetivos, simpatias ou qualquer forma de municipalização. No caso específico da educação de infância, onde as dinâmicas de proximidade com as autarquias são intensas e muitas vezes complexas, a transparência de um sistema nacional é a nossa principal, e única, garantia de equidade.

É imperativo que a revisão responda ao crónico problema da precariedade. Não podemos aceitar que, na terceira década do século XXI, continuemos a ter educadoras e professoras com dez, quinze ou vinte anos de serviço a viver com o credo na boca em cada mês de agosto. A educação de infância é alicerçada na relação. A criação de vínculos pedagógicos e afetivos com as crianças e a construção de dinâmicas de confiança com as famílias exigem tempo, continuidade e estabilidade — algo que nos é roubado com a constante rotação profissional.

Elisabete Gomes Ribeiro

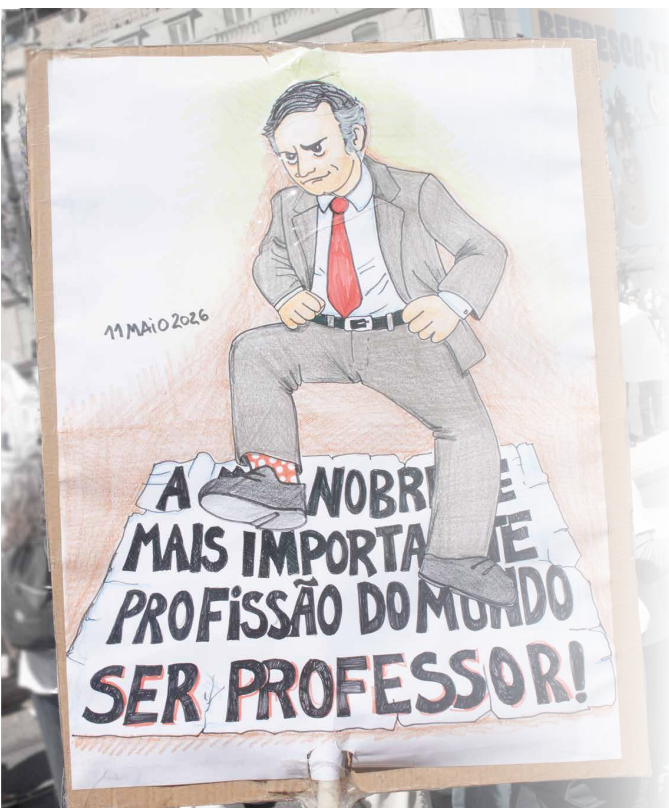
Sócia n.º 48760, AE António Correia de Oliveira, Esposende

Nota: Os artigos publicados na secção ponto de vista não refletem, necessariamente, a orientação editorial da revista «SPN/Informação», pelo que são da responsabilidade dos seus autores, que estão identificados.

CONCURSO NACIONAL 2026/2027

O Concurso Nacional 2026/2027, cujo processo teve início a 3 de março, com o apuramento de vagas, e que ainda decorre, confirma o que o SPN tem afirmado: não estamos a assistir a uma reestruturação do MECI, estamos a observar o seu desmantelamento, por parte de quem o devia defender.

São inúmeras as situações em que o SPN identifica problemas resultantes da transferência dos concursos da DGAE para a AGSE. Alguns exemplos.



- Neste concurso, não foi disponibilizado o Manual de Instruções de Candidatura, que outrora existiu e que foi sendo aperfeiçoado de ano para ano. Isto é particularmente gravoso quando este é um ano com um grande número de candidatos que concorrem pela primeira vez, como é o caso dos alunos que ainda não concluíram o mestrado em educação.
- Na publicitação das listas provisórias, não aparecem separadamente as listas dos docentes excluídos, como era habitual. Os candidatos excluídos aparecem no final das listas de cada grupo de recrutamento. Esta também é uma forma de tentar disfarçar um problema sério, que é o aumento do número de candidatos excluídos por um conjunto diversificado de motivos.
- Os atrasos na certificação do tempo de serviço, nomeadamente do prestado no ensino particular e cooperativo e no ensino superior público, deram origem a dificuldades por parte dos agrupamentos de escolas / escolas não agrupadas (AE/EnA) em aceder aos dados necessários para procederem à sua validação.
- A AGSE demitiu-se das suas responsabilidades, havendo muitos candidatos que colocaram as dúvidas através do E72, mas não receberam qualquer resposta. Existe, ainda, a denúncia, por parte de algumas direções de AE/EnA, de que, apesar do canal privilegiado de contacto com a AGSE, só receberam respostas às dúvidas colocadas depois de as mesmas já não poderem ser utilizadas em tempo útil.
- Há, também relatos de procedimentos diversificados nos diversos AE/EnA, por conta da falta de clareza nas orientações recebidas da AGSE.
- O elevado número de candidatos, muitos a concorrer pela primeira vez, resultou em que diversos AE/EnA ficaram atolados de candidaturas, por vezes ultrapassando a centena, a precisar de validação, muitas das quais eram de candidatos / docentes que não tinham o seu processo no AE/EnA de validação da candidatura. Isto trouxe grandes entraves aos serviços administrativos desses AE/EnA, que tinham um prazo de apenas 5 dias para a validação.



O SPN recolheu alguns testemunhos de docentes, diretores e chefes de serviços administrativos de AE/ENA, do distrito do Porto.

M, professora com habilitação profissional, docente a tempo parcial no ensino superior público e no IEFP, concorre depois de um interregno de vários anos, aos concursos nacionais de professores:

A AGSE não cumpre o seu papel. Não tinha manual de instruções para fazer o concurso e achei a plataforma muito pouco intuitiva. Houve momentos em que pensei desistir de concorrer, pois não conseguia submeter a candidatura e não consegui descobrir o que estava a fazer mal. Contactei a AGSE por diversos meios, tendo telefonado insistentemente para a linha de apoio, mas não consegui ser atendida e tendo colocado as minhas dúvidas no E72, continuo à espera de resposta. Só consegui concorrer graças ao apoio técnico que me foi dado pelo SPN.

G, professor profissionalizado do QA/QE, em situação de mobilidade por doença:

Quando fui ver as listas provisórias, confirmei que o meu nome estava lá. No dia seguinte uma colega pergunta-me se já tinha resolvido a minha situação. Qual não é o meu espanto quando vou às listas provisórias e verifico que o meu nome constava como excluído! A razão foi o tempo de serviço antes da profissionalização, que estava errado. O maior disparate é que esse tempo de serviço não é alterável e é o mesmo desde 2004, quando concluí a minha Profissionalização em Serviço. Este campo devia estar bloqueado, de maneira a não poder ser editado.

J, diretora de um AE do distrito do Porto:

Tivemos mais de uma centena de candidaturas para validar, a maioria das quais de docentes que não pertencem ao AE. Tivemos a sorte de não ter muitas situações complicadas, mas tivemos uma situação que eu não sabia como resolver e enviei um email à AGSE. A resposta veio após a fase de validação e antes disso eu tive de tomar uma decisão. A decisão que eu tomei foi contrária à resposta que a AGSE me enviou, já a fase de validação tinha acabado. A minha sorte é que eu tenho o registo do envio da questão, do email em que aviso da minha decisão face à ausência de resposta, da receção da resposta fora do prazo.

A, chefe dos serviços administrativos de AE do distrito do Porto:

Tivemos mais de cem candidaturas para validar, muitas foram invalidadas porque nos apareceu de tudo: erros na inserção dos dados, falta de documentos anexos à candidatura, tempo de serviço não certificado, até um certificado de habilitações falsificado, entre outros problemas. Conseguimos enviar notificação a todos os candidatos de quais as falhas na sua candidatura, para que pudessem fazer corretamente o aperfeiçoamento da candidatura. Mas isto é trabalho que nunca mais acaba. Fizemos muitas horas extra, eu e os elementos da Direção, para conseguir dar vazão a tanta validação. E eu não tenho nem salário, nem habilitações para fazer validações de candidaturas! É um trabalho muito complexo e de grande responsabilidade. Os serviços administrativos têm pouco pessoal e há vários colegas que são novos, são muito empenhados, mas ainda não têm experiência suficiente para ajudar neste tipo de trabalho. Frequentemente, trocamos impressões com outros AE/EnA do concelho, mas cada um faz de maneira diferente. Há candidaturas que são validadas num AE/EnA, que, se passassem por outro AE/EnA, seriam invalidadas.

A LECIONAÇÃO DE AULAS PELOS DOCENTES NOS CURSOS PROFISSIONAIS DURANTE AS INTERRUPÇÕES LETIVAS É ENQUADRÁVEL COMO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Diversas têm sido as solicitações para que nos pronunciemos sobre a atribuição de serviço letivo pelos diretores de agrupamentos e escolas, nos períodos de interrupção letiva, para cumprimento dos módulos nos cursos profissionais. Vejamos o enquadramento legal previsto pelo Estatuto da Carreira Docente (ECD) e demais legislação reguladora dos cursos profissionais.

As interrupções letivas são determinadas, em cada ano, em função do calendário escolar e da organização do ano letivo para os estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como para os estabelecimentos particulares de ensino especial, e são definidas por despacho do membro do governo responsável pela área da educação.

A lecionação durante uma interrupção letiva não é proibida, mas obedece a critérios e limites definidos, e pode ser enquadrada pelo ECD, como serviço docente extraordinário definido no artigo 83.º como “aquele que, por determinação do órgão da administração e gestão do estabelecimento de educação ou de ensino, for prestado além do número de horas das componentes letiva e não letiva registadas no horário semanal de trabalho do docente”. Em conformidade, prevê este artigo que, pelos docentes, seja dado cumprimento ao serviço letivo extraordinário ao longo do ano letivo, salvo se for requerida a sua dispensa por motivos atendíveis. Porém, é definido um limite máximo de 5 horas semanais para a duração deste serviço, eximindo situações devidamente fundamentadas e com autorização do diretor regional.

Ora, segundo o disposto no n.º 1 do artigo 91.º do ECD, durante as interrupções letivas, a distribuição do serviço docente para as tarefas de natureza pedagógica ou organizacional, designadamente, as de avaliação e planeamento, consta de um plano elaborado pelo órgão de direção executiva, do qual deve ser dado prévio conhecimento aos docentes. Contudo, não raras vezes, os docentes são surpreendidos com a calendarização de componente letiva, no período de interrupções.

Por estarem regulados por regras específicas, os cursos profissionais permitem às escolas maior autonomia e flexibilidade curricular, com especificidade para a gestão da carga horária na organização das matrizes curriculares. Em conformidade, a Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto, que regulamenta os cursos profissionais referentes ao Sistema Nacional de Qualificações e cursos científico-humanísticos, prevê, quanto à assiduidade, no n.º 6 do artigo 40.º, que “as escolas asseguram a oferta integral do número de horas de formação previsto no plano de estudos, adotando

para o efeito todos os mecanismos de compensação ou substituição previstos na lei e nos respetivos estatutos ou regulamentos internos”.

Por outro lado, salvaguarda o n.º 2 do artigo 44.º desta portaria que a organização do ano escolar deve ser assegurada de forma a que sejam cumpridas duas interrupções das atividades escolares de duração não inferior a seis dias úteis seguidos, coincidentes com o Natal e com a Páscoa, e uma terceira, por período nunca inferior a 22 dias úteis seguidos, a ocorrer, em cada ano escolar, entre a segunda semana do mês de julho e a primeira do mês de setembro. Ressalva-se ainda o disposto no ponto 2.7 do Despacho n.º 8368/2024, de 25 de julho, que prevê a possibilidade de serem feitas adaptações ao calendário, em relação à organização de outras ofertas educativas e formativas em funcionamento nos agrupamentos de escolas e nas escolas não agrupadas, aqui se englobando os cursos profissionais. Assim, o calendário letivo do ensino profissional pode não ser exatamente sobreponível com o calendário escolar previsto para a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário.

Caso um professor receba instruções escritas para cumprir serviço docente em período de interrupção letiva fixado por despacho, não se aplicando as situações de exceção previstas no n.º 7 do artigo 83.º do ECD, terá de cumprir a lecionação das aulas, podendo ser tal serviço enquadrável como serviço docente extraordinário, por constituir um acréscimo ao seu horário semanal, como previsto no n.º 1 deste artigo.

Assim, recomendamos que os docentes dos cursos profissionais, caso necessitem de compensar/repôr aulas, o façam fora dos períodos de interrupções letivas, pois tal compensação constituirá certamente um acréscimo de serviço, mas só poderá ser remunerado como extraordinário, se exceder as 35 horas semanais. Nos períodos de interrupção letiva tornar-se-á mais difícil o seu enquadramento como serviço extraordinário.

Ana Paula Couto
Gabinete Jurídico

GREVE GERAL ²⁰²⁶

3 JUNHO

**DERROTAR
O PACOTE
LABORAL**



NÃO AO RETROCESSO!

+ SALÁRIO + DIREITOS + SERVIÇOS PÚBLICOS

Greve Geral

REVISÕES DA MATÉRIA EM CAUSA

O governo vai enviar o pacote laboral para discussão na Assembleia da República. Uma decisão que não altera o essencial – o pacote laboral é um retrocesso! Foi rejeitado pelos trabalhadores e se-lo-á, definitivamente, no dia 3 de junho. Com o pacote laboral, o governo quer manter os aspetos negativos da atual legislação laboral e alterá-la para muito pior. Também os educadores, professores e investigadores verão os seus direitos diminuídos. Por isso, também estarão em greve!



O CONTEXTO

O custo de vida – alimentação, combustíveis, habitação ou medicamentos – tem vindo a aumentar, particularmente nos últimos tempos, de forma drástica e rápida, e o acesso a serviços públicos essenciais – saúde, educação, habitação, justiça ou transportes – está cada vez menos garantido para a generalidade dos portugueses.

Mas, enquanto para a enorme maioria – os trabalhadores – o salário ou a pensão, pagos como retribuição do seu trabalho ou dos seus descontos, há muito que estagnaram, para poucos, exponenciam-se os lucros, a distribuição de dividendos e a acumulação de riqueza – em Portugal, os 1% mais ricos acumulam já 25,0% da riqueza total, os 10% mais ricos detêm 60,2% e os 50% mais pobres concentram apenas 3,6%. Há dinheiro, está é muito mal distribuído! Também no Orçamento do Estado, o desvio de dinheiro e recursos para a guerra (humanos incluídos) permite aumentar o lucro dos acionistas das indústrias de material bélico e relacionado, enquanto o conseqüente desinvestimento nos serviços públicos degrada a sua capacidade e qualidade de resposta.

A RETÓRICA

O trabalhador é apresentado como colaborador, alguém que se dedica como se o negócio fosse seu e que, a qualquer momento, pode deixar de colaborar. No entanto, apenas há pessoas que vendem a sua força de trabalho e pessoas que a compram por um valor (o salário), numa relação jurídica legalmente definida. Os lucros nunca são colaborativamente distribuídos.

A proposta de lei da reforma laboral do governo é justificada com uma suposta “rigidez da legislação laboral”, veiculada com o selo da OCDE, que afeta o crescimento económico do nosso país. No entanto, a OCDE mede a “rigidez da proteção ao emprego” com indicadores que já pressupõem que a legislação é tanto mais rígida quanto mais direitos e proteção se oferece ao trabalhador. Por outro lado, pretende-se estabelecer uma relação direta e única entre a legislação laboral e a evolução do crescimento económico, ignorando que este depende de um conjunto muito mais vasto de fatores. Mas, mesmo considerando essa relação, aquilo que se verifica é precisamente o contrário do que é dito, já que a “rigidez” medida pela OCDE, em Portugal, tem vindo a diminuir.

SALÁRIOS

A depreciação do valor do trabalho e o enobrecimento do empreendedorismo e do investimento (nunca fiscalizado) legitimam políticas de baixos salários e elevados lucros: da riqueza produzida todos os anos no nosso país, menos de metade vai para os salários e pensões. Este pacote laboral agravará esta realidade, nomeadamente através do banco de horas — que se traduz, na prática, em trabalho suplementar não pago —, do fracionamento dos subsídios de Natal e de férias — que dá a ilusão transitória de um salário mensal mais alto até cair no esquecimento — e da remissão abdicativa de créditos — que permite pressionar o trabalhador a renunciar a valores que tem direito a receber, como condição para acordo.



OS DIREITOS DO TRABALHO

Este pacote de medidas introduz profundas alterações com consequências na realidade do trabalho de todos os trabalhadores.

- Institucionaliza a precariedade como regra, possibilitando, sem necessidade de justificação, despedir trabalhadores e substituí-los por outros de empresas externas, aplicar contratos de muito curta duração a setores em que não se justifica, enfraquecer a presunção de contrato de trabalho e falsos recibos verdes e permitir a mudança para categoria inferior, desde que a ACT não se pronuncie a tempo.
- Fragiliza ainda mais a contratação coletiva, retirando dos trabalhadores e seus representantes a escolha da convenção mais favorável, na senda de individualizar os contratos de trabalho e diminuir a capacidade reivindicativa.
- Possibilita a gestão unilateral do tempo total do trabalhador pelo empregador, sem compensações nem limites efetivos para conciliação da vida profissional e pessoal, mesmo na parentalidade.
- Facilita os despedimentos individuais e, sendo sem justa causa, dificulta o acesso à justiça e a reintegração.
- Esvazia o direito à greve, alargando os serviços mínimos a mais setores de atividade e restringe a atividade e a organização sindical, fazendo-a depender de autorização.

Este ataque frontal aos direitos, salários, tempo de trabalho e capacidade de reivindicação dos trabalhadores transportar-nos-ia para épocas em que o próprio valor da vida e da dignidade humana ainda eram mais desiguais... Então, nada disto é “moderno”! É retrógrado e inaceitável!

ADESÃO À GREVE GERAL (3/JUN)

Esta Greve Geral — “Derrotar o Pacote Laboral! Não ao retrocesso! Por mais salário, mais direitos, mais serviços públicos” — é um momento para derrotar este pacote e forçar uma política ao serviço de quem trabalha.

O direito à greve, consagrado na Constituição, é um direito de todos os trabalhadores, independentemente da natureza do vínculo laboral que detenham, do setor de atividade a que pertençam e do facto de serem ou não sindicalizados. A greve suspende, para os trabalhadores que a ela aderirem, as relações emergentes do contrato de trabalho, nomeadamente o direito à retribuição e, conseqüentemente, os deveres de subordinação e assiduidade.

Não há qualquer obrigação de informar o empregador de que se vai aderir a uma greve, mesmo que este pergunte, ou de justificar a ausência por motivo de greve.

Quem estiver disponível para integrar piquetes de greve deve contactar o seu sindicato ou união de sindicatos da região, de forma a ser devidamente esclarecido, enquadrado no funcionamento e credenciado. Durante o dia da Greve Geral, haverá concentrações e desfiles.

Neste pacote laboral, feito à medida dos interesses do poder, cada artigo é pensado para:

- transferir riqueza dos salários para os lucros;
- flexibilizar e aumentar a exploração;
- impedir a organização reivindicativa;
- dificultar a defesa dos direitos e a melhoria das condições de vida e de trabalho.

COMPROMISSO COM A GREVE GERAL — 3 DE JUNHO DE 2026

| Pela Carreira, contra o Pacote Laboral | **Docentes e Investigadores NA GREVE GERAL!**

Para os professores, educadores e investigadores, este pacote laboral representa um ataque direto aos direitos laborais, à estabilidade profissional e à valorização da Escola Pública e da investigação científica. Entre as suas consequências mais graves destacam-se:

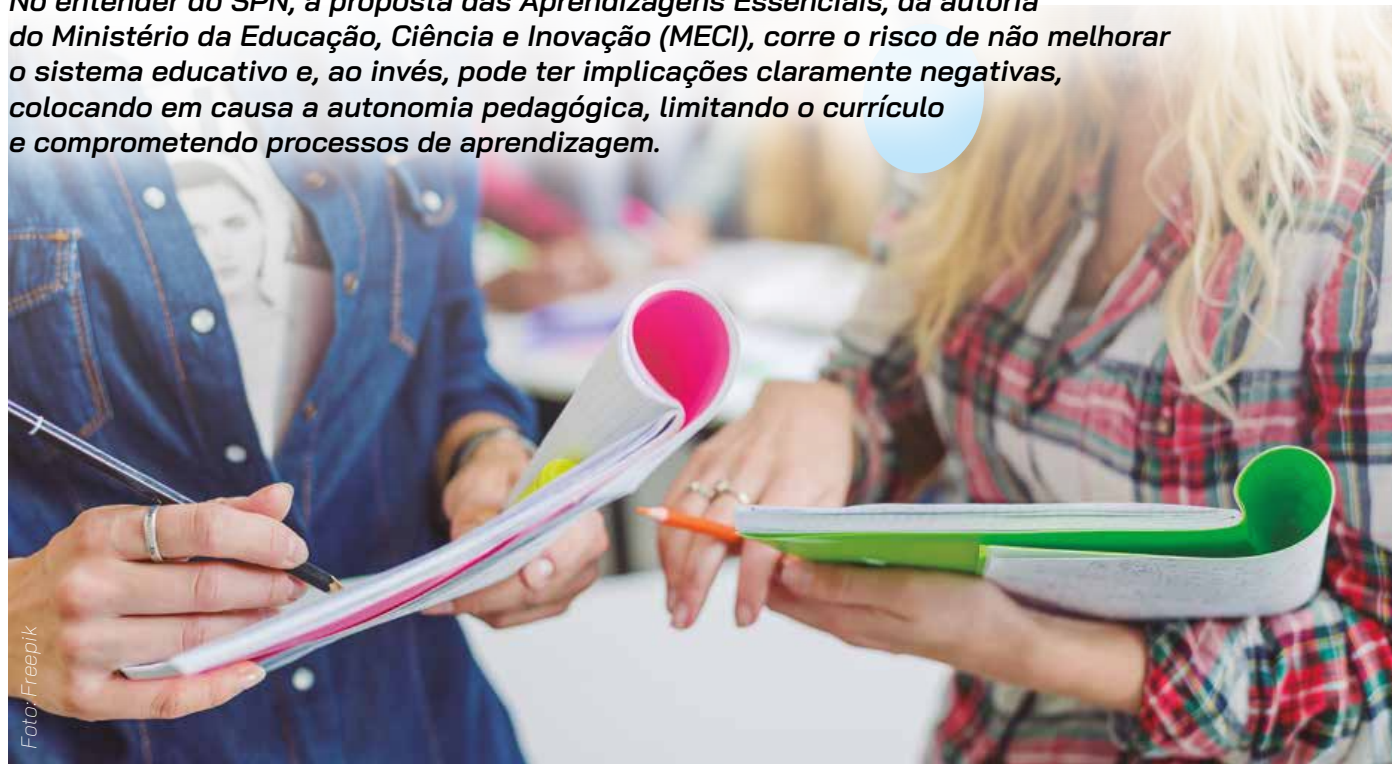
- maior facilidade na imposição de **vínculos precários e contratos a termo**, mesmo para funções permanentes;
- **enfraquecimento da negociação coletiva**, reduzindo o papel dos sindicatos na defesa de melhores condições de trabalho;
- **restrições ao direito à greve**, incluindo a imposição de serviços mínimos abusivos;
- risco de **agravamento da desvalorização salarial**, através da **flexibilização de horários e carreiras e da imposição do banco de horas individual**. Esta medida poderá significar um aumento do tempo de trabalho que, no caso dos docentes, pode atingir as 50 horas semanais;
- e, no ensino e na investigação, a **transferência de responsabilidades do Estado** para entidades privadas, agravando a instabilidade laboral e as desigualdades entre instituições.

Assim, **os professores, educadores e investigadores afirmam o seu compromisso com a Greve Geral que se realiza no dia 3 de junho**, rejeitando o pacote laboral e exigindo o aumento real dos salários, carreiras dignas e valorizadas, a valorização da Escola Pública e de todos os serviços públicos, horários e condições de trabalho justos, uma aposentação digna e em tempo útil.



E DEPOIS DA CONSULTA PÚBLICA

No entender do SPN, a proposta das Aprendizagens Essenciais, da autoria do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), corre o risco de não melhorar o sistema educativo e, ao invés, pode ter implicações claramente negativas, colocando em causa a autonomia pedagógica, limitando o currículo e comprometendo processos de aprendizagem.



Como é sabido, o MECI promoveu um processo de consulta pública (até 28/abr) em torno das propostas a que chamou de aperfeiçoamento das Aprendizagens Essenciais para as várias áreas e disciplinas dos ensinos básico e secundário. Ora, sem prejuízo de esta ser uma matéria em que uma maior responsabilidade de intervenção cabe a outras organizações, designadamente às associações profissionais e científicas, cujo papel é, obviamente, insubstituível, o SPN, no âmbito da Fenprof, participou no processo e não deixou de tecer algumas críticas aos documentos em apreciação, através de uma abordagem global e não disciplinar.

E a primeira crítica incidiu no que se afigura como uma mudança de foco, que deixa de ser o “denominador curricular comum” de aprendizagem – pressupondo a possibilidade de diferentes níveis da mesma abrindo espaço para o exercício da autonomia pedagógica dos docentes –, para passar a ser a avaliação, com diferentes níveis e descritores de desempenho, numa visão claramente mais normativa.

Assim, as novas Aprendizagens Essenciais correm o risco de enformar de forma mais rígida o processo de ensino-aprendizagem, condicionando o trabalho docente e podendo até contribuir, com o tempo, para uma eventual, e perigosa, uniformização das práticas pedagógicas, ignorando diferenças nas características dos alunos ou nos contextos, o que se constituiria até como a negação do princípio da diferenciação pedagógica, objetivo que é suposto as Aprendizagens Essenciais servirem. Mas este foco na avaliação, num paradoxo apenas aparente, pode até induzir o distan-

ciamento do carácter formativo e inclusivo que se deseja para o processo avaliativo, ao mesmo tempo que poderá potenciar o aumento da burocracia, no âmbito de uma crescente procura de conceber instrumentos de avaliação de tudo e mais alguma coisa, sem que isso se traduza em ganhos efetivos nas aprendizagens dos alunos e na resposta às suas necessidades.

Outra crítica que seria inevitável recaiu sobre a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, em que tudo indicia que o MECI/governo cedeu a uma visão retrógrada, ao propor uma abordagem que praticamente ignora temas relevantes como a sexualidade, ao mesmo tempo que enfatiza em demasia aspetos como a literacia financeira e, pasme-se, o empreendedorismo. O SPN defende a autonomia pedagógica dos professores para abordar todos os temas relevantes para a vida em sociedade e condena a redução da atenção a várias questões significativas, essenciais para a formação integral dos alunos.

Igualmente condenável é a ausência de Aprendizagens Essenciais para a Língua Gestual Portuguesa, omissão incompreensível por negar uma inclusão sempre tão apregoada, mas tantas vezes negada na prática.

Por fim, estranha-se que os documentos colocados em apreciação sejam também completamente omissos relativamente à anunciada fusão dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, o que se afigura de uma gritante incoerência que vai, decerto, dificultar ou impedir a articulação vertical das aprendizagens.

JMC

SEM ESTABILIDADE E SEM RECONHECIMENTO

Em conferência de imprensa, realizada Sede do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), foram divulgados os resultados de um inquérito nacional que versou as condições de trabalho dos docentes convidados no ensino superior público, que confirma a existência de uma situação de precariedade estrutural e generalizada neste setor.



Ana Mendes

Ana Mendes

O ensino superior público português vive há demasiado tempo assente num modelo de precariedade estrutural. A figura do “professor convidado”, criada para responder a necessidades excecionais e temporárias, foi transformada num instrumento permanente de gestão das instituições. Universidades e politécnicos recorrem sucessivamente a contratos parciais e a termo para assegurar serviço docente regular, evitando a abertura de concursos e bloqueando o acesso à carreira.

Os resultados um inquérito promovido pela Fenprof aos docentes convidados revelam bem a dimensão do problema. São docentes altamente qualificados: 59% possuem doutoramento e mais de 40% têm mais de 10 anos de experiência no ensino superior. Apesar disso, continuam sujeitos a vínculos instáveis, baixos salários e ausência de perspetivas de integração. Os dados mostram ainda situações inaceitáveis: cargas letivas equivalentes a horários completos mascaradas por contratos parciais, muitos deles inferiores a 12 meses, renovações sucessivas durante anos e ausência de condições reais de acesso à carreira. O sistema mantém milhares de docentes a responder a necessidades permanentes, enquanto lhes nega direitos elementares reconhecidos aos docentes de carreira. Para o SPN, os resultados tornam evidente uma precariedade multidimensional — económica, jurídica e profissional — com impactos negativos nos docentes, nas instituições e na qualidade do ensino superior público.

Para combater este tipo de abuso, a União Europeia aprovou a Diretiva 1999/70/CE, que proíbe que trabalhadores com contratos temporários sejam tratados



Helder Maia

de forma menos favorável do que trabalhadores permanentes em funções comparáveis. Não por acaso, a Comissão Europeia notificou Portugal, em 2024, pelo incumprimento das normas europeias relativas à proteção dos trabalhadores com contratos a termo. O Estado português continua sem criar mecanismos eficazes para travar o abuso da precariedade na Administração Pública e no ensino superior.

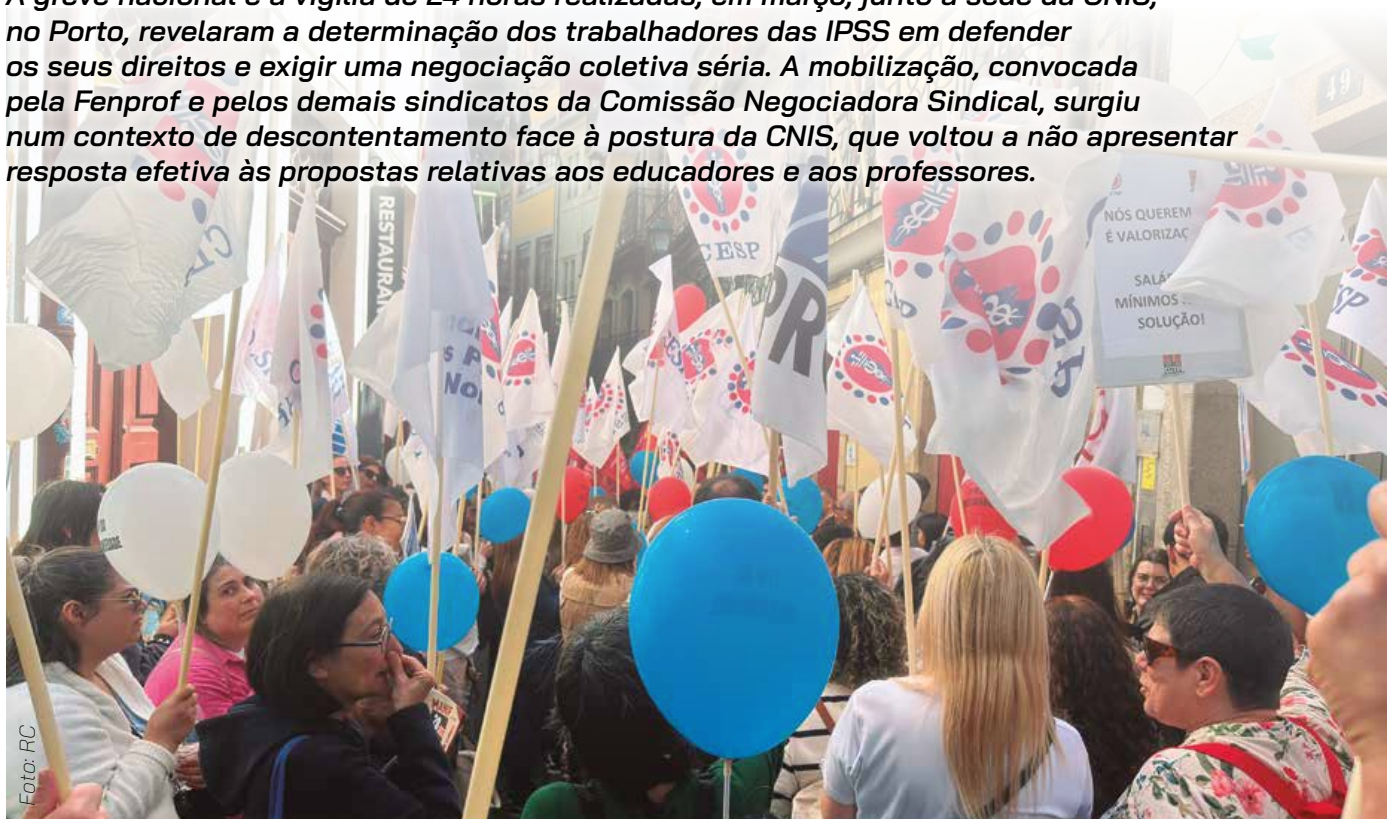
Num momento em que o governo pondera alterações aos estatutos de carreira docente, importa encontrar soluções legais que reconheçam estas necessidades permanentes e garantam a estes professores, que asseguram há anos funções docentes, os seus direitos de avaliação, progressão e demais regalias da carreira. Exigem-se, pois, medidas urgentes, como a abertura regular de concursos, a integração nos quadros dos docentes que respondem a necessidades permanentes, o cumprimento integral dos direitos laborais e o respeito pela natureza e pelos princípios da carreira especial docente no ensino superior. Ora, combater a precariedade no ensino superior não é apenas uma questão laboral, é uma exigência de justiça, de dignificação da profissão docente e de defesa da qualidade do ensino superior público.



HM
Fotografia: HB

MOBILIZAÇÃO REFORÇA EXIGÊNCIA DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA

A greve nacional e a vigília de 24 horas realizadas, em março, junto à sede da CNIS, no Porto, revelaram a determinação dos trabalhadores das IPSS em defender os seus direitos e exigir uma negociação coletiva séria. A mobilização, convocada pela Fenprof e pelos demais sindicatos da Comissão Negociadora Sindical, surgiu num contexto de descontentamento face à postura da CNIS, que voltou a não apresentar resposta efetiva às propostas relativas aos educadores e aos professores.



Entre as principais reivindicações destacavam-se a valorização salarial, com aproximação à rede pública; a redução do horário letivo dos educadores de infância, de 30 para 25 horas semanais; a eliminação do nível 1-B das tabelas salariais B-1, B-2 e B-4, com redução de um ano na carreira; e o fim da discriminação dos educadores em creche, com eliminação das limitações à progressão. Esta última questão é tanto mais incompreensível tendo em conta o financiamento por criança, no âmbito do compromisso de cooperação, que tem vindo a aumentar: no último ano registou um aumento de 7% e, desde 2024, acumula uma subida de 16%, ficando-se nos 551,50€ por criança/mês.

Durante o processo negocial, a CNIS limitou-se a reiterar posições anteriores, sem avanços nas matérias que dizem respeito aos docentes. Esta ausência de respostas é grave, tendo em conta a importância das funções desempenhadas nas IPSS e a necessidade de garantir condições de trabalho e carreiras valorizadas. Ao longo dos últimos anos, os trabalhadores do setor têm denunciado baixos salários, sobrecarga de trabalho e responsabilidades crescentes sem reconhecimento. Persistem desigualdades face a outros setores da educação, quer no salário, quer na progressão laboral, o que tem agravado o descontentamento e reforçado a mobilização sindical.

A forte adesão à greve e à vigília confirmou esse descontentamento e evidenciou a importância da ação coletiva. Esta mobilização assume significado político: os trabalhadores não aceitam continuar a ser ignorados e mantêm a determinação na defesa dos seus direitos e da valorização profissional. Este contexto não pode ser dissociado das alterações à legislação laboral em curso. Sob o pretexto da *flexibilização*, estas medidas promovem a desregulação dos horários, aumentam a adaptabilidade e fragilizam a contratação coletiva, com impacto direto na vida dos trabalhadores. Para os profissionais das IPSS, isto representa um risco acrescido de precarização e de agravamento das condições de trabalho.

É neste enquadramento que ganha relevância a greve geral do dia 3 de junho. A mobilização demonstrada pelos docentes das IPSS mostra disponibilidade para alargar a luta a um plano mais geral, enfrentando políticas que colocam em causa direitos fundamentais. Apela-se, por isso, à participação de todos os educadores e professores — em especial do ensino particular, cooperativo e do setor social — nesta greve geral contra o pacote laboral, como forma de defender a contratação coletiva, valorizar a profissão e rejeitar a desvalorização do trabalho.

4.ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados

ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

A 4.ª Conferência de Docentes Aposentados da Fenprof (24/nov) – “Cumprir a Constituição. Unir forças. Dignificar a aposentação” – realiza-se no ano em que se assinalam os 50 anos da Constituição da República Portuguesa (CRP), que será, necessariamente, objeto de referência, assim como serão analisadas as situações diversas dos docentes aposentados, em função das malfeitorias sofridas ao longo dos anos. A Conferência está lançada e o SPN já realizou um seminário preparatório subordinado ao tema “Envelhecimento Saudável” (16/abr).



O 50.º aniversário da CRP será uma oportunidade para os docentes aposentados refletirem e exigirem o cumprimento do artigo 72.º da CRP, que preconiza que “as pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social”. Recorde-se que na CRP, a conceção do Estado social de direito se traduz na responsabilidade pública pela promoção do desenvolvimento económico, social e cultural, na satisfação de níveis básicos de prestações sociais para todos e na correção das desigualdades sociais.

A 4.ª Conferência será, também, um momento para refletir sobre a diversidade de situações dos docentes aposentados, em resultado das malfeitorias sofrida na sua vida ativa e na aposentação: novos cálculos das pensões (2006); fator de sustentabilidade, baseado na maior esperança de vida aos 65 anos (desde 2008) e que atinge já um corte de 16,93%; redução de 0,5% por cada mês de reforma antecipada; suspensão dos subsídios de férias e de Natal (2012); sobretaxa de 3,5% (2013) e congelamentos na carreira, que muitos não tiveram tempo para recuperar. A esta diversidade, junta-se a desatualização das pensões em relação ao aumento do custo de vida e o desinvestimento em áreas sociais vitais fundamentais para a nossa qualidade de vida (segurança social, saúde, habitação, cultura, lazer, mobilidade, entre outras).

A Conferência está lançada e os Sindicatos que constituem a Fenprof deram início a um conjunto de debates preparatórios (presenciais e online). O SPN realizou o primeiro, com o tema “Envelhecimento Saudável”, que contou com a participação de Lara Pinho e Celso Oliveira. É, precisamente, da autoria de Celso Oliveira o excerto que se transcreve e que sintetiza algumas exigências do SPN/DPA:

“No plano das políticas públicas, revela-se prioritário o reforço do Serviço Nacional de Saúde, designadamente através da criação e consolidação de respostas especializadas em geriatria e em saúde mental do envelhecimento, áreas ainda insuficientemente cobertas face às necessidades atuais. A revisão das estratégias de acompanhamento das doenças crónicas deverá igualmente incorporar uma visão multidimensional, contemplando os impactos psicológicos, funcionais e relacionais associados.”

Mais do que nunca, os docentes aposentados têm razões e espaços de debate e de reivindicação, dentro do Sindicato dos Professores do Norte. Os problemas são muitos, é verdade, mas só a unidade os pode solucionar. Só será possível dar a volta a isto, mantendo o vínculo sindical após a aposentação, que é o passo primeiro de uma luta consequente pelos direitos e pela dignificação da aposentação.

MS

+ PERTURBAÇÃO E DESORGANIZAÇÃO

O SPN, no âmbito da Fenprof, convocou greve a todas as atividades relacionadas com as provas de Monitorização da Aprendizagem (ModA). Estas provas acrescentam uma sobrecarga burocrática e organizativa inaceitável, pois desviam os docentes da sua função central — o trabalho pedagógico com os alunos — e contribuem para a intensificação do trabalho sem os devidos reconhecimento e retribuição.

As provas ModA, de aplicação digital, vieram substituir as provas de aferição, a partir de 2024/2025. Acontecem nos 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade, têm carácter obrigatório, universal, não têm impacto direto na classificação final do aluno, mas têm classificação quantitativa para os relatórios individuais. Segundo o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), esta monitorização tem como objetivo garantir “uma intervenção pedagógica atempada para melhorar o sucesso escolar e a literacia”. Ora, se o objetivo é este, então um sistema por amostragem, realizado a meio de cada ciclo (e não nos anos terminais), seria mais eficiente.

Este ano, o processo ModA iniciou-se de forma precipitada e com sucessivos adiamentos. Desde logo, a aplicação das provas-ensaio, definidas para fevereiro, devido às intempéries, foram reagendadas para abril (de 14 a 23). A aplicação esteve longe de ser um sucesso, tendo muitas escolas revelado um cenário de dificuldades técnicas e operacionais que comprometeram a fiabilidade do processo, de tal forma que as provas-ensaio que “por motivos técnicos ou que, por qualquer razão, não tenham sido efetuadas”, puderam ser realizadas entre 20 e 29 de abril. É caso para perguntar: aquando da realização das provas ModA, esta prática irá manter-se? Haverá sucessivos reagendamentos até que tudo fique perfeito? Ou, como aconteceu no ano passado, vale tudo, desde que se realizem?

Para o SPN, a realização destas provas representa mais um fator de sobrecarga injustificada para alunos e professores. As provas ModA decorrerão até 8 de junho, perante a evidente perturbação e desorganização das escolas, com horários comprometidos, sobrecarga de trabalho dos docentes (agravada por acontecerem no final do ano letivo), anulação de aulas e atividades não letivas, falta de equidade na aplicação e avaliação das provas, bem como os problemas técnicos com equipamentos e redes informáticas que continuam a marcar negativamente o processo. A sua realização, para lá de assentar em orientações pouco claras, frequentemente alteradas, desconsidera a realidade concreta das escolas. A imposição generalizada e a falta de credibilidade dos resultados obtidos levantam a suspeita de que o propósito possa ser outro daquele que é declarado e leva ao questionamento do porquê da insistência do MECI na sua manutenção, a qualquer custo. Começa a ganhar corpo a ideia de que possa ser outro, diferente daquele que é declarado e leva ao questionamento do porquê da insistência do MECI na



sua manutenção, a qualquer custo. Começa a ganhar corpo a ideia de que estas provas são exames encaipotados e que o objetivo do MECI é gerar dados estatísticos para a construção de *rankings*.

O SPN reafirma, mais uma vez, a sua oposição a um modelo de avaliação que privilegia a lógica de testagem em detrimento de uma avaliação contínua, formativa e contextualizada, defendendo soluções que respeitem a autonomia pedagógica das escolas e valorizem o papel dos professores.

REGISTOS DA AÇÃO SINDICAL

25 de Abril e 1.º de Maio

Como sempre, o SPN esteve na rua, nas comemorações populares, reafirmando os valores fundamentais do 25 de Abril – Democracia, Liberdade, Paz, Igualdade e Justiça Social. À alegria e ao orgulho com que se participa nesta festa, juntou-se a necessidade de dar corpo à luta contra o ascenso da extrema-direita. É porque os direitos alcançados pelos trabalhadores durante o século XX foram resultado de uma luta persistente, importa, pois, impedir os retrocessos sociais e civilizacionais que o governo pretende impor, em pleno século XXI. Por isso, também os educadores, os professores e os investigadores contribuíram significativamente para um 1.º de Maio grandioso.

Docentes aposentados lançam carta aberta ao ministro

Os docentes aposentados lançaram uma Carta Aberta destinada ao ministro da Educação, Ciência e Inovação, que pode ser subscrita por todos os docentes aposentados. Na carta, os docentes manifestam “profunda preocupação perante os sinais que continuam a chegar do lado do governo, em particular, no que toca à revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD)”. Entre os primeiros subscritores estão anteriores secretários-gerais da Fenprof e ex-dirigentes dos Sindicatos que constituem a Federação, que sempre lutaram pela construção de uma carreira única e uma profissão valorizada e que juntam, agora, a sua “voz solidária à corajosa luta dos colegas no ativo, pela valorização da docência como profissão e da escola pública como realização fundamental de Abril e da Democracia”. Para subscrever a carta, consultar www.spn.pt.

CGA – Fenprof avança para travar norma inconstitucional

A Fenprof requereu ao Ministério Público que promova, junto do Tribunal Constitucional, a declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral da norma relativa à reinscrição de trabalhadores na Caixa Geral de Aposentações (artigo 4.º, n.º 1, da Lei n.º 45/2024, de 27 de dezembro). A declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral permitirá pôr termo a decisões contraditórias e salvaguardar os princípios constitucionais do Estado de Direito e da proteção da confiança. Este pedido surge após a Federação ter apresentado idêntico pedido, relativamente ao artigo 2.º, n.ºs 1 e 2, da mesma lei.

ESI – Estudo sobre o assédio moral

Dada a oportunidade e pertinência, o SPN/DESI apela à participação no estudo académico sobre o “Assédio Moral no Ensino Superior: Experiências e Impactos na Carreira Docente”, da investigadora Ana Salomé Dias,

que tem como objetivo compreender as experiências de docentes que tenham vivenciado situações de assédio moral no contexto do ensino superior português, bem como os impactos dessas situações no bem-estar e na trajetória profissional. No âmbito desta investigação, a autora procura docentes do ensino superior (universitário ou politécnico) que estejam disponíveis para participar numa entrevista confidencial e voluntária, a realizar presencialmente ou online (por exemplo, via zoom). A participação é totalmente anónima e confidencial, sendo todos os dados tratados exclusivamente para fins académicos e de investigação.

IPP – Falta de transparência na transição para universidade (5/mai)

O SPN/DESI realizou uma reunião plenária online (5/mai), com os docentes do Instituto Politécnico do Porto (IPP). Entretanto, reuniu (28/abr) com a Presidência deste instituto, no contexto do processo de transição anunciado para Universidade Técnica do Porto. Este processo, que terá impactos estruturais profundos no sistema de ensino superior e na vida profissional de centenas de docentes, está a ser conduzido sem a transparência, o envolvimento e as garantias mínimas exigíveis.

10 mil – Número mágico do ministro?

O ministro da Educação voltou a referir, em audiência na Comissão de Educação e Ciência o seu número mágico – 10 mil docentes! Agora, não são os professores em falta ou disponíveis, mas os docentes que terão transitado do ensino privado para o público, o que, alegadamente, pretende insinuar que a carreira docente está em evidente processo de valorização. No entanto, não se deve confundir repetição com veracidade. Tal como noutras ocasiões, o número surge desacompanhado de comprovação, talvez por excesso de confiança nos efeitos comunicacionais dos diapositivos apresentados. E a memória recente não ajuda a credibilizar a informação – basta recordar que, na anterior referência aos tais 10 mil docentes que estariam disponíveis e que, saindo do Norte, resolveriam o problema da falta de professores, o entusiasmo estatístico se reduz substancialmente perante a realidade.

Pelo grupo de recrutamento de Teatro

A Fenprof reuniu com a Associação de Professores de Teatro-Educação (Aproted) para analisar a situação intolerável e incoerente em que se encontram os docentes que lecionam Teatro e Expressão Dramática nas escolas públicas. Na sequência, em dia de reunião de com o MECI (20/abr), a Associação de Professores de Teatro-Educação (Aproted) marcou forte presença no exterior das instalações. Em causa está a inexistência

de grupo de recrutamento, cujos docentes, ano após ano, continuam a ser contratados como técnicos especializados, quando, na realidade, exercem funções docentes. Esta é uma reivindicação antiga, cuja satisfação permitiria acabar com a forte precariedade destes docentes.

ECD – Audição na CEC/AR

No dia 14 de abril, a Fenprof esteve na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência (CEC), no âmbito do grupo de trabalho constituído por esta comissão para acompanhar o processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD). Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa (secretários-gerais) voltaram a sublinhar a necessidade de que esta revisão se constitua como um efetivo processo de valorização da carreira docente, que contribua efetivamente para combater o problema da falta de professores. Reafirmaram as posições da Federação entregues ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), no quadro das negociações. A Federação enviou à CEC todos os contributos, desde a proposta global de revisão do ECD, resultante de mais de 380 reuniões em que participaram mais de 6 mil professores e que foi aprovada

em plenário nacional (7/mar/2025), até aos pareceres emitidos no âmbito do processo negocial e que podem ser consultados.

SPN/Monção inaugura novas Instalações

Já foi notícia nestas páginas a mudança de instalações da delegação de Monção do Sindicato dos Professores do Norte (SPN/Monção). Agora, importa dar nota da sua inauguração oficial. Foi no dia 24 de abril e contou com a presença dos associados locais. Na sua intervenção, Maria José Almeida (coordenadora da delegação) afirmou que o novo espaço continuará “a ser um abrigo de ideias, um lugar de encontro, de partilha e também de resistência onde a voz dos educadores e professores nunca será silenciada. É um espaço onde se continuará a honrar o espírito de Abril, em defesa da classe docente e da Escola Pública, num tempo em que a democracia e os desafios da educação se estão a tornar cada vez mais difíceis e desajustados”. E rematou com a certeza e que “é com essa mesma garra que seguimos: sem baixar os braços, sem ceder no essencial, e sempre prontos para lutar por aquilo que é justo”.

RR

Semana Nacional de Reflexão e Luta (24 a 30/abr)

No momento em que a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), a maior e mais representativa organização sindical de educadores, professores e investigadores de Portugal, completou 43 anos de existência (27 a 30/abr), o destaque foi para a Semana Nacional de Reflexão e Luta que, em todo o país, promoveu inúmeras reuniões e plenários, concentrações, tribunas públicas... assegurando uma verdadeira ligação às escolas e às justas preocupações dos docentes, mobilizando, em crescendo, milhares de educadores e professores. Integrado nesta mobilização, os docentes puderam expressar, através do preenchimento de um questionário online ou em papel, as formas de luta a desenvolver, aprovando tomadas de posição e reforçando o compromisso coletivo com a mobilização urgente e necessária para defender a profissão. A semana terminou, mas as iniciativas prosseguiram e o SPN, como é seu timbre, continuou a marcar presença nas escolas de toda a região Norte.



Foto: Júlia Carneiro

DESMISTIFICAR IDEIAS FEITAS



Os jovens professores, inevitavelmente, associados à precariedade e, frequentemente, ao afastamento da participação coletiva ou à resignação. Neste sentido, importa desmistificar algumas ideias feitas que não apenas distorcem a realidade, como fragilizam a necessária unidade da classe.

A primeira é a de que a precariedade docente é exclusiva dos mais jovens. Não é! Ela atravessa diferentes gerações de professores, atingindo também profissionais com décadas de serviço e ainda sem estabilidade plena. Não obstante, para os jovens, ela surge como uma inevitabilidade. A menor graduação profissional traduz-se em maiores dificuldades de aproximação à residência, de vinculação e de estabilidade, tornando os processos de recrutamento especialmente inquietantes. A isto acrescem vencimentos mais baixos, maior instabilidade pessoal e dificuldades acrescidas na construção dos seus projetos de vida. É por isso que as questões do ingresso, da vinculação e das condições de trabalho assumem, para os mais jovens, maior urgência.

A segunda ideia falsa é a de que os jovens professores se demitiram de lutar pela profissão. Avaliar o seu grau de participação sem considerar a sua reduzida proporção na profissão é injusto e até desonesto. O rejuvenescimento de quadros sindicais que se tem verificado no SPN constitui prova de que os jovens não abandonaram esse espaço de intervenção e resistência. Reconhece-se, antes, que todos fazem falta: os mais novos e os mais velhos. Todos são chamados a assumir um papel ativo na exigência de melhores condições de trabalho, na valorização da carreira docente e na defesa da Escola Pública.

O SPN tem trabalhado em várias frentes, no envolvimento de professores de diferentes gerações, na cons-

trução de propostas e reivindicações para o setor, com um objetivo comum: valorizar a carreira e a Escola Pública. No atual processo negocial, devem ser discutidas prioridades que afetam particularmente os mais jovens: o ingresso na profissão, as habilitações profissionais, os mecanismos de recrutamento, os apoios à deslocação, as condições de realização do estágio pedagógico e, de forma mais ampla, as condições de trabalho e de progressão na carreira. São matérias decisivas para inverter o cenário de desgaste e desvalorização profissional que tem afastado muitos jovens da docência. O futuro das negociações depende da nossa capacidade de ação coletiva.

Importa reconhecer o trabalho do SPN em torno da necessária transição geracional na intervenção e na organização sindical e intensificá-lo. O futuro da profissão depende também da continuidade da ação coletiva. Aos jovens professores apela-se que não respondam isoladamente à precariedade que os afeta de forma particularmente intensa. A resposta mais forte e consequente continua a ser a organização sindical. Aos restantes, recorda-se que são todos chamados a intervir, independentemente da idade. Só coletivamente é que o futuro da profissão não será feito de resignação, mas de resistência e reivindicação pela Escola Pública a que os nossos alunos têm direito.

JO

Numa só semana

TRÊS GRANDES MOMENTOS DE RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

Num contexto internacional marcado pelo crescimento da extrema-direita, pela afirmação de projetos ultraliberais e pela erosão de direitos democráticos e sociais, o mês de março de 2026 deixou importantes sinais de esperança e resistência popular.

Em Itália, o referendo constitucional de 22 e 23 de março derrotou a reforma da justiça promovida pelo governo de Giorgia Meloni, que poria em causa a independência do poder judicial e o equilíbrio democrático consagrado na Constituição. A mobilização da sociedade civil, dos sindicatos e de amplos setores progressistas mostrou que, mesmo num país governado pela extrema-direita, existe uma forte consciência cívica em defesa das instituições democráticas.

Dois dias depois, na Argentina, milhões de pessoas assinalaram os 50 anos do golpe militar de 1976 sob a palavra de ordem “Nunca Más”. Num contexto político marcado por discursos e ações revisionistas do governo de Javier Milei, as ruas voltaram a encher-se para afirmar a memória, a verdade e a justiça, rejeitando qualquer tentativa de relativizar os crimes da ditadura.

A terminar a semana, em Londres, meio milhão de pessoas participaram na Together March contra o racismo e a extrema-direita. A ampla mobilização sindical e social afirmou a unidade, a diversidade e a esperança, perante o crescimento de forças xenófobas e autoritárias no Reino Unido.

Estes acontecimentos mostram uma realidade complexa e contraditória. Apesar do crescimento eleitoral da extrema-direita em vários países, persistem fortes dinâmicas de resistência democrática, mobilização popular e defesa dos direitos humanos. São sinais que importa valorizar e fortalecer.

MM





João Rodrigues

Direito dos Trabalhadores

João Rodrigues, economista, começou por distinguir direitos laborais rígidos de direitos laborais flexíveis, revelando que o debate entre economistas “está inquinado”, pendendo para o neoliberalismo (maioritário entre economistas). Direitos rígidos significa mais direitos para os trabalhadores; direitos flexíveis, mais direitos para os patrões. Ora, uma vez que se associa rigidez a algo negativo e flexibilidade a uma realidade positiva, percebe-se a tendência das leis laborais. Curiosamente, referiu que os períodos de maior desenvolvimento tecnológico são de maior criação de emprego e, afirmou que, “para a autonomia das pessoas, 1/3 da propriedade deve estar nas mãos do Estado”, com destaque para “as infraestruturas basilares como a eletricidade ou os transportes”. Esclareceu, também, que sem direitos dos trabalhadores não há Estado social, porque são eles que “com o rendimento do seu trabalho e a imperatividade de garantias, mais contribuem para o mesmo”. Enfim, “o Direito de Trabalho é o grande alho que se põe diante do vampiro do capitalismo”, concluiu.

(14 de março)



Tiago Mota Saraiva

Direito à Habitação

O arquiteto Tiago Mota Saraiva começou por apresentar números preocupantes no que diz respeito à habitação social, promovida pelo Estado. Afirmou que, com base em estudos empíricos, Portugal está na cauda da Europa, com apenas 2%. Depois, denunciou a “proprietarização”, uma espécie de fenómeno que ocorre desde 1981, com a aprovação do crédito bonificado, e cujo incentivo percorreu a *direita* e a *esquerda*, de quem exerceu funções executivas. A prova está nos Censos de 2021, em que havia cerca de 22% de casas arrendadas e 69% de proprietários, o que mostra bem como isso se tornou um grande negócio para a banca, levando ao sobreendividamento das famílias. Afirmou, ainda, que, “na atualidade, temos 735 mil casas vazias, representando 12% do total de fogos”, enquanto que, admite-se, “possa haver 130 mil famílias a viver em condições indignas”. E terminou com vários exemplos de cooperativas de habitação bem-sucedidas na Europa (por exemplo, “La Borda”, em Barcelona), muitas delas, curiosamente, sem parque de estacionamento automóvel no próprio edifício.

(28 de março)



Joaquim Dionísio

Liberdade Sindical

Joaquim Dionísio, jurista, começou por dar nota do funcionamento dos sindicatos nos períodos republicano, salazarista e marcelista, denunciando a ausência desta temática nos currículos escolares. Referiu-se à Constituição de 1933, destacando o conceito de classe (art.º 8.º) e ao Estatuto do Trabalho Nacional, do mesmo ano, que proibia a luta de classes e as greves, o controlo da atividade sindical, previa a criação de “direções-fantoches” e a subordinação do trabalho ao interesse nacional. Curiosamente, foi no Estatuto que encontrou o conceito de “colaborador”, aplicado ao “trabalhador intelectual ou manual”. Durante um hiato da repressão, algures na Primavera Marcelista, é criada a Intersindical (CGTP-IN), estrutura a que Dionísio haveria de estar ligado. O 25 de Abril trouxe várias conquistas para os trabalhadores: legalização da greve, criação do salário mínimo nacional, proibição do despedimento sem justa causa, a contratação coletiva, direito a férias,... direitos que haveriam de ser plasmados na Constituição de 1976, que, hoje, “não é atacada de frente, mas de cernelha”.

(11 de abril)

NF/RR

Fotografias: HB

2025/26

CICLO DE DEBATES

50 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA
REFLEXÕES E DESAFIOS





50 ANOS DA CONSTITUIÇÃO

A CRP abriu as portas a uma escola laica, democrática e inclusiva

Cinquenta anos depois, são os agentes educativos que constroem, dia-a-dia, esta escola que, para ser laica e democrática, exige conhecimento e recursos profissionais, tolerância e crescimento pessoal, no respeito de quantos lá entram, vindos dos quatro cantos do mundo, e das crianças e jovens neurodivergentes e com patologias específicas. A escola, cinquenta anos depois, necessita de técnicos, de famílias preparadas, de agentes de saúde pública e de segurança. Cinquenta anos passados desde 1976, as famílias entraram pela escola e trouxeram o que as destrói, falta de tempo e de recursos, lacunas na sua saúde física e mental, e os docentes sentem o cansaço e o peso de uma avaliação que não avalia nada.

Virgínia Castro

Sócia n.º 11684, AE Costa Matos (Vila Nova de Gaia)

Conquistas inegáveis e falhas persistentes

Meio século após a Revolução de Abril, o balanço dos direitos consagrados na CRP revela conquistas inegáveis e falhas persistentes. A universalização do acesso ao ensino básico e a expansão do pré-escolar representam avanços estruturais. Contudo, a igualdade de oportunidades — princípio nuclear da CRP — permanece mais retórica do que realidade. Escolas de territórios desfavorecidos continuam subfinanciadas, turmas sobrelotadas coexistem com falta de técnicos especializados e o apoio a alunos com necessidades específicas depende do lugar onde nasceram e da rede de apoios pessoais e particulares. A gratuidade assumida esbarra em custos ocultos que penalizam as famílias mais vulneráveis. Celebrar *Abril* exige mais do que cerimónias: exige políticas que traduzam direitos em práticas quotidianas efetivas que dependem da nossa implicação, persistência e luta nas escolas e na sociedade.

Maria Alexandra Pereira da Silva

Sócia n.º 28257, EA Soares dos Reis, Porto

Igualdade de oportunidades continua mais no papel do que no quotidiano

Cinquenta anos depois, vemos nas escolas um cumprimento desigual dos direitos constitucionais. O direito à educação está garantido na lei, mas não na prática, quando faltam psicólogos, assistentes e tempo para ensinar com qualidade. O acesso ao sucesso da educação e a inclusão são princípios, mas continuam a ser difíceis sem equipas suficientes e sem a valorização dos profissionais. A falta de docentes, o envelhecimento da classe e a urgência de tornar a carreira atrativa mostram que a igualdade de oportunidades continua mais no papel do que no quotidiano. Trabalhamos para cumprir a CRP, mas muitas vezes sem condições reais. A escola tenta, os professores esforçam-se, mas o país ainda não cumpre totalmente o que prometeu há 50 anos.

Bárbara Enes

Sócia n.º 50156, AE Júlio Dinis, Grijó

50 anos depois, persistem desigualdades

50 anos após a consagração constitucional do direito à educação, as escolas portuguesas continuam a revelar fragilidades no seu cumprimento pleno. Houve avanços significativos no acesso, tornando a escolaridade mais universal; contudo, persistem desigualdades. A escola pública mantém-se como o principal garante de equidade e inclusão, mas necessita de investimento contínuo, tanto em recursos materiais como na valorização dos profissionais que nela trabalham. Paralelamente, o modelo de gestão escolar tem-se distanciado de uma prática verdadeiramente democrática. Perante algumas propostas de revisão constitucional, importa assegurar o cumprimento rigoroso dos princípios já estabelecidos e consolidar uma educação pública de qualidade, promotora de igualdade de oportunidades e de justiça social.

Helena Goulart

Sócia n.º 15557, EB Olival, Vila Nova de Gaia

REVISÃO DOS ESTATUTOS



ASSEMBLEIAS GERAIS

Assembleias Gerais de Sócios

Em 20 de janeiro e 24 de março, o SPN realizou duas Assembleias Gerais de Sócios ordinárias, descentralizadamente, nas sedes de Braga, Bragança, Porto, São João da Madeira, Viana do Castelo e Vila Real. A primeira serviu para apreciar e votar o Plano de Atividades e Orçamento do SPN/2026. Os documentos apresentados foram aprovados por larga maioria (98%). O destaque da ação sindical será a realização do 8.º Congresso dos Professores do Norte (nov/2026), a alteração aos Estatutos do SPN e, claro, as ações que vierem a ser programadas no âmbito da revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD). No que toca ao orçamento para 2026, o Conselho Fiscal e de Jurisdição considerou que “foi elaborado com rigor e preocupação de manter o equilíbrio orçamental”. Na segunda assembleia, esteve em apreciação, sendo aprovado por unanimidade, o Relatório de Atividades e Contas/2025. Em ambas, houve lugar a um ponto dedicado à análise da situação político-sindical, com foco na revisão do ECD e nas ações sindicais em agenda.

Assembleia Geral de Delegados

Pela primeira vez, desde há vários anos, reuniu-se a Assembleia Geral de Delegados do SPN (22/abr). Mais que o cumprimento de uma determinação estatutária, esta iniciativa pretendeu dar corpo a um princípio orientador da nossa ação sindical: a dinamização do trabalho de base realizado nas escolas, no qual os delegados sindicais assumem um papel fundamental. Foi no sentido de potenciar o trabalho da rede de delegados que se procurou dotar aqueles de ferramentas para intervir nos núcleos sindicais com mais segurança e eficácia, nomeadamente através da exploração de documentos de apoio, da realização do balanço do trabalho sobre os problemas da classe e da partilha de experiências concretas. A iniciativa foi avaliada muito positivamente pelos presentes, os quais, com a sua elevada participação (em quantidade e qualidade de intervenção), confirmaram a necessidade de continuar este trabalho respondendo à sua disponibilidade com o devido enquadramento e suporte organizativo.

SPN revê Estatutos

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) convocou uma Assembleia Geral de Sócios (26/mai) Extraordinária para rever os seus Estatutos, com o objetivo de os atualizar, tendo em conta algumas matérias de natureza estatutária que aí não constam (foram indevidamente relegadas para o Regulamento de Funcionamento da Assembleia Geral) e a existência de incongruências ou lacunas na atribuição de competências entre órgãos do Sindicato. Com efeito, os mesmos haviam tido a sua última alteração no ano de 2009, pelo que uma atualização já se impunha. Nesse sentido, a Direção do SPN apresentou um conjunto de alterações de modo a possibilitar a melhoria e a correção de situações pontuais que a realidade mostrou ser necessário introduzir nos Estatutos. No total são visados 61 artigos, num total de 138 alterações, havendo, naturalmente, um conjunto de alterações que, não sendo colocadas à votação, decorrem de outras ou mesmo da redação atual de outros artigos.

SN

SD

RR

8.º congresso dos professores do norte

20 e 21/nov 2026

HOTEL AXIS VERMAR
PÓVOA DE VARZIM

POR UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

UMA PROFISSÃO DIGNIFICADA



Sindicato dos Professores do Norte
Rua D. Manuel II, 51C, 3.º andar
4050-345 Porto

Publicação trimestral
abril, maio e junho/2026
Año XLIV — III série — n.º 91
Distribuição gratuita aos sócios

sin Informação
Diretor — Rogério Ribeiro

Índice

2 — **a abrir**

Firmo por Cuba — a solidariedade não se bloqueia

3 — **editorial**

Não há vida digna, sem trabalho com direitos

4 — **grande-angular**

Fotografias de Henrique Borges

5 — **em foco**

Manifestação — 25 mil em Lisboa

8 — **das escolas**

Educação pela arte na Eça de Queirós
O teatro é uma coisa muito prazerosa!

10 — **ponto de vista**

Revisão do regime de concursos

12 — **ação sindical**

Concurso nacional 2026/2027

14 — **direito aos direitos**

A lecionação de aulas pelos docentes nos cursos profissionais durante as interrupções letivas é enquadrável como serviço extraordinário?

15 — **destaque / convergência sindical**

Greve Geral (3/jun)

19 — **na mira**

Aprendizagens essenciais — e depois da consulta pública?

20 — **ação sindical**

Convidados que ficam à porta — sem estabilidade e sem reconhecimento
IPSS — mobilização reforça exigência de negociação coletiva
4.ª CNDA — Envelhecimento Saudável
Provas ModA — + perturbação e desorganização
Registo da ação sindical
Semana Nacional de Reflexão e Luta (24 a 30/abr)
Jovens professores — desmistificar ideias feitas
50 anos da Constituição [pág. 29]

27 — **internacional**

Numa só semana três grandes momentos de resistência democrática

28 — **da formação**

Ciclo de debates 2025/2026

30 — **do sindicato**

Assembleias Gerais e revisão dos Estatutos
8.º Congresso dos Professores do Norte (cartaz)